

Comunicado CEAF-ESMP n° 01/2024

Setor Acadêmico – Núcleo de Pós-Graduação

9º Curso de Formação de Conciliadores e Mediadores em Meios Adequados de Resolução de Conflitos

A Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Escola Superior do Ministério Público de São Paulo comunica aos Profissionais de todas as áreas do conhecimento que necessitem intervir para facilitar o diálogo nas diferentes situações de conflito, em especial, Operadores do Direito, Psicólogos, Educadores, Psiquiatras, Assistentes Sociais, Administradores, Consultores nas Empresas, Estudantes Universitários e pessoas interessadas na Formação em Conciliação e Mediação de Conflitos, a realização do **9º Curso de Formação de Conciliadores e Mediadores em Meios Adequados de Resolução de Conflitos**

CEAF-ESMP habilitado junto ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC desde 2012 – conforme Resolução n° 125/2010

Plano do Curso

Justificativa

A Resolução n° 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça estabeleceu uma política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses resolvidos no seu âmbito, seja por meios heterocompositivos, seja por meios autocompositivos.

Esta orientação foi adotada de forma a organizar, em todo território nacional, não somente os serviços prestados no curso da relação processual, como também os que possam incentivar a atividade do Poder Judiciário de prevenção de demandas com as chamadas atividades pré-processuais de conciliação e mediação.

A Resolução n° 118/2014 do Conselho Nacional do Ministério Público preconiza que incumbe ao Ministério Público brasileiro implementar e adotar mecanismos de

autocomposição de conflitos, por meio de seus membros, servidores e de mediadores voluntários devidamente capacitados em métodos adequados de solução de litígios. Neste contexto, é que se justifica a implantação do Curso de Capacitação de Conciliadores e Mediadores em Meios Adequados de Resolução de Conflitos, possibilitando aos participantes do curso todas as técnicas adotadas para intervir como facilitador no diálogo nas diferentes situações de conflitos, criando um espaço de reflexão e de comunicação, propício à mudança de paradigmas necessários para vivência de uma justiça transformadora e moderna nas relações humanas.

Objetivos

Possibilitar a capacitação de profissionais em meios adequados para solução de conflitos instalados no âmbito judicial e extrajudicial, oferecendo embasamento teórico e prático.

Público - alvo

Profissionais de todas as áreas do conhecimento que necessitem intervir para facilitar o diálogo nas diferentes situações de conflito, em especial, a todos os graduados em Instituição de Ensino Superior devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (artigo 11 da Lei nº 13.140/2015).

Estrutura do Curso

Será ministrado em dois Módulos, teórico e prático nos moldes da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça e Resolução nº 118/2014 do Conselho Nacional do Ministério Público.

A Metodologia utilizada será operacionalizada por meio de:

- * Aulas expositivas acerca do conteúdo programático;
- * Dinâmicas de grupo;
- * Simulação de casos para exercício das técnicas;
- * Módulo Prático.

Curso livre para pessoas maiores de 18 anos interessadas em conhecer e atuar como conciliador e/ou mediador no âmbito judicial ou privado. No âmbito judicial é exigido curso superior, em qualquer área, com dois anos de formação.

Módulo Teórico

Desenvolver-se-á em 15 dias letivos com carga horária total de 60 horas, no período de 07 de março a 27 de junho de 2024, nas dependências do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público de São Paulo – CEAF-ESMP localizado no Prédio Sede do MPSP Rua Riachuelo nº 115, 5º andar

* Aula/Período: quintas-feiras

* Horário: das 18h30 às 22h30

Módulo Prático

O módulo prático formaliza o atendimento de casos reais supervisionados, tendo como objetivo a capacitação para o saber fazer, isto é, a fundamentação teórica é então, integrada à prática da Mediação e Conciliação. O aluno, futuro mediador/conciliador, utilizará os princípios fundamentais da Mediação e Conciliação passando por três diferentes posições: a) observador, b) co-conciliador ou co-mediador, e c) conciliador ou mediador. Ao final de cada sessão, o aluno apresentará relatório do trabalho realizado, nele lançando suas impressões e comentários, relativos à utilização das técnicas aprendidas e aplicadas, de modo que esse relatório não deve se limitar a descrever o caso atendido, mas haverá de observar as técnicas utilizadas e a facilidade ou dificuldade de lidar com o caso real. O módulo será realizado, obrigatoriamente, no NUIPA Regional Norte da Capital – Projeto Cantareira, habilitado no NUPEMEC/SP, Proc. nº 2019/00012077, do Ministério Público do Estado de São Paulo, localizado na Rua Ana Benvenida de Andrade nº 150, Santana, mediante supervisão, comprovando-se a frequência de ao menos 20 horas com apresentação de certidão junto à secretaria da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo.

As 40 horas restantes e obrigatórias deverão ser realizadas nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos – CEJUSCs, conforme relação a ser divulgada em momento oportuno, de livre escolha do aluno, sendo que as sessões serão conduzidas por facilitadores atuantes nos CEJUSCs e Juizados Especiais Cíveis, mediante acompanhamento de supervisor indicado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, comprovando-se o cumprimento integral, para fins de certificação, com a apresentação de atestado de frequência da carga horária exigida.

Período de realização do Módulo Prático: agosto a novembro de 2024

Características:

- * Pré-requisito: Conclusão com aproveitamento no Módulo Teórico com carga horária 60 horas.
- * Disponibilidade de turmas do módulo prático no NUIPA Regional Norte da Capital – Projeto Cantareira do Ministério Público do Estado de São Paulo: serão oferecidos grupos de atendimento com horários distintos, sendo que cada encontro terá a duração de 4 horas, conforme programação a ser divulgada.
- * Formação das turmas do módulo prático no referido NUIPA cada grupo de atendimento comportará o máximo de 8 (oito) alunos.
- * A carga horária prevista para cada turma é de 60 horas, sendo 20 horas no NUIPA Regional Norte da Capital – Projeto Cantareira, localizado na Rua Ana Benvinda de Andrade, nº 150, e 40 horas no Centros Judiciários de Solução de Conflitos – CEJUSCs.

Os grupos de atendimento serão formados de acordo com a inscrição dos alunos no término do Módulo Teórico.

Avaliação

Módulo Teórico

A frequência mínima exigida para aprovação do Módulo Teórico é de 100% das 60h, em conformidade com a Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça. O aproveitamento do aluno será aferido pela frequência às aulas.

Módulo Prático

A avaliação do aproveitamento será realizada com o preenchimento dos seguintes requisitos:

- * Certificado de conclusão do Módulo Teórico;
- * Desempenhar nas sessões de conciliação/mediação três funções: a) observador, b) co-conciliador ou co-mediador, e c) conciliador ou mediador;
- * Ao final de cada sessão, apresentar relatório do trabalho realizado, nele lançando suas impressões e comentários, relativos à utilização das técnicas aprendidas e aplicadas no Módulo Teórico, conforme modelos a serem fornecidos e observados os critérios estabelecidos no Provimento CSM/MP nº 2288/2015;
- * Frequência mínima de 60 (sessenta) horas de atendimento de casos reais, conforme parâmetros para a formação de conciliadores e mediadores judiciais - Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania.

Cronograma de Atividades

- Período de matrícula: 24 de janeiro (a partir das 11h) a 29 de fevereiro de 2024 (até às 23h)
- Período do Módulo Teórico: 07 de março a 27 de junho de 2024
- Período do Módulo Prático: agosto a novembro de 2024

Corpo Docente

Adolfo Braga Neto

Mestre em Direito pela PUC/SP.

Advogado

Assessor do MPSP

Presidente do Conselho de Administração do IMAB - Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil

Airton Buzzo Alves

Mestre em Direito Processual Penal

Coordenador Acadêmico

Promotor de Justiça do MPSP

Mediador e Coordenador do NUIPA Regional Norte da Capital – Projeto Cantareira

Geisa Rodrigues Gomes

Doutoranda em Educação pela USP

Mestre em Psicologia Social pela PUC/SP

Psicóloga pela Universidade Mackenzie

Juliana Polloni

Doutora pela UNESP

Advogada

Mediadora do CNJ e TJSP

Professora em Capacitação de Mediadores

Lourdes Farias Alves

Psicóloga

Mestre em Psicologia pela PUC/SP

Mediadora de Conflitos

Márcia Santos Nogueira Andreani

Graduada em Direito

Instrutora, Supervisora e Mediadora do CNJ e TJSP

Marta dos Reis Marioni

Psicóloga

Mediadora de Conflitos

Docente e Supervisora de Práticas em Mediação de Conflitos e Justiça Restaurativa

Michel Betenjane Romano

Especialista em Interesses Difusos e Coletivos pela CEAFF-ESMP

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo

Atuou como Membro Auxiliar do CNMP

Ricardo Pereira Júnior

Doutor em Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo/USP

Juiz Titular da 12ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo

Rita de Jesus Leria Aires

Psicóloga

Mediadora de Conflitos

Valéria Pereira Couto Hoefler

Advogada

Professora Universitária

Instrutora do CNJ, mediadora e conciliadora do TJSP, Justiça Federal e NUIPA Regional Norte da Capital - Projeto Cantareira

Mestranda, pós-graduação em Direito de Família e Sucessões e Direito Trabalhista

Violeta Daou

Psicóloga

Mediadora de Conflitos

Docente em cursos de Mediação de Conflitos e em Práticas de Justiça Restaurativa.

Vagas e Matrículas

Número de Vagas: 70 (setenta). Mediante ordem cronológica de matrícula.

Poderão se inscrever no curso, apenas portadores de diploma de graduação.

Matrículas

As matrículas serão realizadas no período de 24 de janeiro (a partir das 11h) a 29 de fevereiro de 2024 (até às 23h) pelo preenchimento de formulário online disponível pelo **link**: <https://forms.office.com/r/XpTPGczwmJ>

Documentação necessária:

- RG
- CPF
- Diploma de graduação (frente/verso)

A documentação deverá ser encaminhada, durante o período de matrícula, em formato PDF para o e-mail: esmp-secretaria@mpsp.mp.br

Exclusivamente para: Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo

Será obrigatório fornecer o e-mail Institucional “mpsp.mp.br” no preenchimento do formulário de inscrição.

Documentação necessária:

- Diploma de graduação (frente/verso)

A documentação deverá ser encaminhada, durante o período de matrícula, em formato PDF para o e-mail: esmp-secretaria@mpsp.mp.br

Investimento

Serão 10 mensalidades de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais). A primeira mensalidade deverá ser paga, no ato da matrícula, através de boleto bancário a ser disponibilizado pelo CEAF-ESMP via site ou e-mail cadastrado pelo interessado no formulário de matrícula.

As demais mensalidades terão vencimento no dia 20 (vinte) dos meses de abril a dezembro de 2024 e os respectivos boletos serão encaminhados por e-mail ou estarão disponíveis na plataforma do curso (área do aluno).

Serão concedidas 25 (vinte e cinco) bolsas de estudos integrais aos Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo. As matrículas serão efetivadas por ordem cronológica.

Reforçamos que o e-mail informado deverá ser o institucional “mpsp.mp.br”

Em caso de desistência do curso, o(a) aluno(a) deverá formalizar o cancelamento da matrícula pelo e-mail: esmp-secretaria@mpsp.mp.br, respondendo por todas as despesas e mensalidades pendentes até o referido pedido ainda que não tenha frequentado às aulas, incluindo-se ao valor devido das parcelas vencidas até a solicitação de cancelamento da matrícula.

O valor da matrícula cancelada poderá ser restituído, em até 90% (noventa por cento) desde que o(a) aluno(a) não tenha frequentado nenhuma aula ou se beneficiado de serviço prestado pelo CEAF/ESMP.

Importa ressaltar que por se tratar de conta de governo, o processo de restituição torna-se moroso, além de ter como condição a inexistência de registros em nome do(a) aluno(a) no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo - CADIN Estadual".

Número Mínimo de Matriculados

A viabilidade do curso está condicionada ao número mínimo de matriculados, que varia de acordo com as necessidades específicas do curso. Caso não seja atingido número mínimo, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional se reserva o direito de adiar ou cancelar o curso. Nestes casos os candidatos serão comunicados e o CEAF-ESMP providenciará a restituição do valor pago no momento da matrícula.

Programação

O Programa poderá sofrer alterações em função de atos normativos que venham a entrar em vigor a respeito.

1ª aula - Aula Inaugural

I– Políticas Públicas Noções gerais e políticas públicas de tratamento dos métodos consensuais de solução de conflitos. Mudança de mentalidade: papel do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público, do Poder Judiciário, do Ministério Público e das instituições públicas e privadas.

II. Introdução:

- Panorama nacional.
- Cultura de Paz.

- Autocomposição e Heterocomposição.
- Histórico dos métodos consensuais de solução de conflitos
- Noções gerais e diferenciação entre os principais métodos de resolução de conflitos: judicial, processos híbridos, negociação, conciliação, mediação e arbitragem.

2ª aula - Escolas de Mediação. Definição e Conceitualização.

- Histórico, Conceito e Panorama Mundial.
- Áreas da Mediação: judicial e extrajudicial, penal extrajudicial, prévia e incidental, familiar, consumeirista, trabalhista, previdenciária, escolar, empresarial e social.
- As Escolas ou Modelos de Mediação – os diferentes modelos e suas ferramentas.
- A mediação negocial de *Harward* (posições e interesses, aspectos emocionais que envolvem a negociação, solução ou soluções parciais ou totais).
- Transformativo (Bush e Folger) e Circular–Narrativo (Sara Cobb).
- Definição e Conceito.

3ª aula - Ética na Mediação e na Conciliação.

- Código de Ética da Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça.
- O mediador, terceiro facilitador e suas funções: facilitador da comunicação, guardião do processo de mediação, sujeito aos princípios do Código de Ética.
- Postura do mediador: atribuições e limites de sua atuação.
- Imparcialidade, neutralidade e responsabilidade do mediador.
- Princípios da mediação na Lei de Mediação e no Novo Código de Processo Civil.

4ª aula - Epistemologia e Paradigmas.

- Epistemologia: definição e conceitualização.
- Epistemologia. Teoria ou Ciência da Origem, Natureza e Limites do Conhecimento.

- Articulação com a fundamentação das ciências, princípios e abordagens que regem a teoria e a prática da Mediação de Conflitos.
- As diferentes ciências e abordagens que fundamentam a epistemologia da mediação: o Direito, a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia, a Filosofia da Linguagem, O Construtivismo e o Construcionismo Social, as Técnicas de Negociação entre outras.
- Epistemologia Pessoal e Mediação – Grupos de reflexão sobre o tema e o impacto dessa epistemologia pessoal sobre o pensar, sentir e agir do mediador.
- Paradigmas: Conceito e Características.
- Mudanças Paradigmáticas: paradigma Mecanicista e paradigma Sistêmico para identificar as origens e constituição da mediação como metodologia na contemporaneidade.
- A Influência em diferentes áreas do conhecimento (Antropologia, Sociologia, Física, Teoria Geral dos Sistemas, Biologia, Cibernética, Psicologia, Direito e Teoria da Comunicação).
- Técnicas de reformulação e escuta ativa para rever e reavaliar os paradigmas familiares e culturais das partes, como busca de alternativas para resolver conflitos.
- Dinâmica: como se estruturam os paradigmas culturais, familiares e culturais?

5ª aula - Etapas no Processo de Mediação.

- Pré-Mediação e Mediação propriamente dita.
- Acolhida.
- Fala de abertura: contextualização para as partes, esclarecimentos sobre a mediação, declaração inicial das partes, planejamento, contrato de confidencialidade, esclarecimentos dos interesses ocultos e negociação do acordo.
- Relato das histórias.
- Construção da agenda.
- Ferramentas para o facilitador da conversação na construção do diálogo.

- Técnicas, ferramentas e estratégias: co-mediação, caucus, equipe reflexiva, postura reflexiva.
- Descrição e a importância de sua utilização.
- A estruturação das ferramentas: técnicas narrativas interrogativas (perguntas).
- Forma Afirmativa: resumo, enquadre, reenquadre, reformulação, conotação positiva, postura reflexiva, processos reflexivos para identificar os interesses expressos e implícitos e a análise lógica das propostas para os acordos de mútua satisfação.
- Escuta Ativa.
- Premissas conceituais da autocomposição.
- * Exercício Simulado I: Atendimento de casos simulados, preparação dos alunos que irão atuar como conciliadores e mediadores, co-conciliadores e co-mediadores e exercícios com equipe reflexiva.

6ª aula - Teorias da Comunicação.

- Conceito e teoria da comunicação.
- Axiomas e efeitos pragmáticos na Comunicação.
- Comunicação verbal e não verbal.
- Aportes da Teoria da Comunicação à Mediação.
- Distorções da comunicação e co-construção dos conflitos.
- Aspectos comunicacionais da Comunicação Não Violenta aplicados à Mediação de Conflitos: prevenção e resolução de conflitos.
- Comunicação nas pautas de interação e no estudo do inter-relacionamento humano.
- Aportes da teoria do observador à mediação.
- Conceito e sistemas de referência do observador.
- Transdisciplinariedade das Teorias – Estudos da Cibernética, Teoria Geral dos Sistemas, biologia e visão construtivista aplicados à mediação.
- Teoria da narrativa: o conflito como narrativa.

- Reconstrução do significado: diálogos transformadores e reconstrução do significado e novas narrativas.

7ª aula - Legislação aplicável aos meios consensuais e Política Pública de Tratamento Adequado de Conflitos.

- Legislação brasileira sobre conciliação–mediação e Juizados Especiais.
- Novo Código de Processo Civil.
- Lei de Mediação.
- A resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça.
- A resolução nº 118/2014 do Conselho Nacional do Ministério Público.
- Conciliação judicial e extrajudicial.
- A política do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público.
- Enfoque normativo e ético da conciliação e suas aplicações ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.
- Princípios Constitucionais: do acesso à Justiça e pacificação social à defesa da dignidade de pessoa humana.
- Importância da capacitação e papel do Ministério Público.
- Terceiro facilitador: funções, postura, atribuições, limites de atuação, ética e Código de Ética.
- A mediação judicial e extrajudicial.
- O gerenciamento do processo e os Centros de Resolução de conflitos.
- Estruturação – Conselho Nacional de Justiça, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.
- Qualidade do serviço de conciliadores e mediadores.
- A audiência de conciliação e mediação do novo Código de Processo Civil.
- Remuneração de conciliadores e mediadores.

8ª aula - Negociação e Comunicação não Violenta como método de conciliação/mediação.

- Conceito. Integração e distribuição do valor das negociações.
- Técnicas básicas e intermediárias de negociação.
- Opções de ganho e alternativas dos acordos negociados.
- Estratégias de estabelecimento de *Rapport*.
- Transformação dos negociadores.
- Teoria segundo Marshall Rosenberg.
- Origem.
- Comunicação Violenta ou Alienante.
- Quatro Componentes da CNV.
- Papel crucial da linguagem e do uso das palavras na formação e resolução dos conflitos.

9ª aula - Teoria do Sujeito e da Linguagem.

- Visão pragmática da linguagem e sua influência na Construção e Solução de Conflitos.
- O conhecimento, as relações e os indivíduos constituídos nas práticas discursivas.
- Verdades socialmente construídas e sua articulação com a estruturação do conflito trazidos pelas partes.
- Aspectos sociológicos: paradigmas, valores, crenças e preconceitos, na formação do sujeito e da linguagem.
- Aspectos psicológicos: identidade, interesses, necessidades, relacionamentos pessoais, profissionais e sociais, na formação do sujeito e da linguagem.

10ª aula - Conciliação/Mediação: fases e técnicas

- Etapas: planejamento da sessão, apresentação ou abertura, esclarecimentos ou investigação das propostas das partes, criação de opções, escolha da opção, lavratura do acordo.

– Técnicas: recontextualização, identificação das propostas implícitas, afago, escuta ativa, espelhamento, produção de opção, condicionamento das questões e interesses das partes, teste de realidade.

– Formalização do acordo: dados essenciais do termo de conciliação e mediação.

– Redação do acordo: requisitos mínimos, liquidez e exequibilidade.

– Encaminhamentos e estatística.

* Exercício Simulado II: Atendimento de casos simulados, preparação dos alunos que irão atuar como conciliadores e mediadores, co-conciliadores e co-mediadores e exercícios com equipe reflexiva.

11ª aula - Busca de soluções alternativas para sua resolução e o papel do conciliador/mediador e suas relações.

– Formas de resolução dos conflitos: adversariais e não adversariais.

– Compreensão dos conceitos de comunicação e sua pragmática.

– Recursos para desenvolver habilidades e competências comunicacionais como forma de prevenção.

– Busca de alternativa para resolução de conflitos.

– Contornando as dificuldades: situações de desequilíbrio, descontrole emocional, embriaguez, desrespeito.

– Dinâmica: Experiências pessoais para resolver conflitos. O pensar, sentir e agir como recursos para buscar a mediação e a conciliação.

– O papel do conciliador/mediador e sua relação com os envolvidos no processo de conciliação/mediação.

– Os operadores do Direito: o magistrado, o promotor, o advogado, o defensor público, etc.

– Técnicas para estimular os profissionais a atuarem de forma eficiente na conciliação/mediação.

12ª aula - Ciclo de vida e violência familiar.

– Conflitos familiares e moderna teoria do conflito.

– Conceito e estrutura. Aspectos objetivos e subjetivos.

- Contexto Histórico e Formas de violência doméstica.
- A violência doméstica contra a mulher: afronta aos direitos humanos, direitos fundamentais e a dignidade humana.
- Violência contra a criança, adolescente e contra o idoso no contexto doméstico.
- Medidas de proteção e prevenção da violência doméstica.

13ª aula - Visão geral das diferentes etapas da vida familiar e sua articulação na prática da mediação.

- Fases do ciclo vital.
- Tarefas, transições, adaptações e negociações para superar conflitos previsíveis e imprevisíveis em cada fase.
- Crise familiar e justiça restaurativa.
- Fundamentação ao entendimento do mediador para busca de alternativas a solução desses conflitos.
- O diálogo como instrumento para preservar as relações parentais.

14ª aula - Rede social e sua relevância na mediação.

- Reflexão sobre Rede no Atendimento: conceito, articulação e trabalho conjunto.
 - Rede de relacionamento entre todos os sistemas envolvidos: as partes, seus familiares e os operadores do direito.
 - A rede encontrando alternativas para resolução de conflitos familiares e restauração de laços familiares.
 - O trabalho em rede e as medidas protetivas para as pessoas em condição de vulnerabilidade: idoso, criança e mulher vítima de violência doméstica.
 - Políticas públicas de justiça restaurativa: da disponibilidade de equipamentos à integração da rede pública de assistência e apoio às iniciativas privadas.
- * Exercício Simulado III: Atendimento de casos simulados, preparação dos alunos que irão atuar como conciliadores e mediadores, co-conciliadores e co-mediadores e exercícios com equipe reflexiva.

15ª aula - Dinâmicas Práticas.

Calendário de Aulas

Módulo Teórico

Dia 07/03/2024

1ª parte - Tema: Aula inaugural – Abertura Políticas Públicas

Professor:

Airton Buzzo Alves

2ª parte - Tema: Políticas Públicas

Coordenador(a) do NUPEMEC - Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Dia 14/03/2024

Tema: Escolas de Mediação, definição e conceitualização

Professor:

Adolfo Braga Neto

Dia 21/03/2024

Tema: Ética na Mediação e na Conciliação

Professora:

Juliana Polloni

Dia 04/04/2024

Tema: Epistemologia e Paradigmas

Professoras:

Lourdes Farias Alves

Marta dos Reis Marioni

Dia 11/04/2024

Tema: Etapas no Processo de Mediação

Professoras:

Violeta Daou

Rita de Jesus Leria Aires

Dia 18/04/2024

Tema: Teorias da Comunicação

Professoras:

Lourdes Farias Alves

Marta dos Reis Marioni

Dia 25/04/2024

Tema: Legislação aplicável aos meios consensuais e Política Pública de tratamento adequado de Conflitos

Professor:

Michel Betenjane Romano

Dia 02/05/2024

Tema: Negociação e Comunicação não Violenta CNV como método de conciliação/mediação.

Professoras:

Geisa Rodrigues Gomes

Violeta Daou

Dia 09/05/2024

Tema: Teoria do Sujeito e da Linguagem.

Professoras:

Geisa Rodrigues Gomes

Lourdes Farias Alves

Dia 16/05/2024

Tema: Conciliação/Mediação: fases e técnicas.

Professoras:

Geisa Rodrigues Gomes

Rita de Jesus Leria Aires

Dia 23/05/2024

Tema: Busca de soluções alternativas para sua resolução e o papel do conciliador/mediador e suas relações.

Professora:

Juliana Polloni

Dia 06/06/2024

Tema: Ciclo de Vida e Violência Familiar. Atuação do CEJUSC.

Professor:

Ricardo Pereira Júnior

Dia 13/06/2024

Tema: Visão geral das diferentes etapas da vida familiar e sua articulação na prática da mediação.

Professoras:

Lourdes Farias Alves

Rita de Jesus Leria Aires

Dia 20/06/2024

Tema: Rede social e sua relevância na mediação.

Professoras:

Geisa Rodrigues Gomes

Violeta Daou

Dia 27/06/2024

Tema: Dinâmicas Práticas.

Professoras: Marta dos Reis Marioni

Rita de Jesus Leria Aires

Módulo Prático

Período de realização: agosto a novembro de 2024

Professoras Supervisoras:

Márcia Santos Nogueira Andreani

Valéria Pereira Couto Hoefler

Informações

Pelos telefones: (11) 3119-9442, ou pelo e-mail esmp-secretaria@mpsp.mp.br

Coordenação Geral

Tatiana Viggiani Bicudo

Doutora em Direito

Procuradora de Justiça do MPSP

Diretora do CEAF-ESMP

Coordenação Acadêmica

Airton Buzzo Alves

Mestre em Direito pela PUC-SP

Promotor de Justiça do MPSP

Coordenador do NUIPA - Regional Norte da Capital – Projeto Cantareira

André Pascoal da Silva

Doutorando em Direito pela FDUSP

Promotor de Justiça do MPSP

Assessor do CEAF-ESMP

Realização

CEAF-ESMP - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público de São Paulo